

OS POSSÍVEIS IMPACTOS DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE OPERAÇÕES COM BENS E SERVIÇOS – CBS SOBRE AS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS¹

Eduardo Dotto Benetti²

Ana Paula C. Balim³

RESUMO

O Ministério da Economia apresentou o projeto de lei nº 3887/2020, que refere-se à primeira fase da Reforma Tributária Nacional, propondo unificar os tributos de PIS e COFINS em um único tributo a CBS - Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços, por meio da eliminação do regime cumulativo e a extinção de uma série de benefícios fiscais hoje aplicados à arrecadação de PIS/COFINS. Em que pesem os supostos benefícios levantados e a ideia inicial de não incidência sobre empresas optantes do Simples Nacional, em linha contrária surge a indagação quanto aos impactos deste novo tributo nas empresas Prestadoras de Serviços não optantes do Simples Nacional. Para tanto, o presente estudo através de abordagem hipotético-dedutivo e procedimento bibliográfico, objetiva aclarar ao leitor sobre as variadas hipóteses e impactos que essa alteração pode causar nas empresas prestadoras de serviços, seus empregados e ao próprio consumidor final a fim de demonstrar os reflexos da consequente aprovação da CBS nos moldes propostos. Desta forma, a ponderação das hipóteses e seus reflexos, fez concluir parcialmente que, se aprovada, a CBS trará impactos negativos para empresas prestadoras de serviços, uma vez que, o aumento brusco da carga tributária impactará na formação do preço, oferta de empregos e consequentemente refletirá no consumidor final. O presente estudo enquadra-se na linha de pesquisa Contabilidade: Pública, Societária, Tributária, Ambiental e de Custos e justifica-se no sentido de demonstrar o impacto tributário e econômico que poderá ocorrer caso a CBS seja aprovada no atual modelo.

Palavras-chaves: CBS. Prestadores de Serviços. Reforma Tributária.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Congresso Nacional. **Projeto de Lei n. 3.887, de 21 de julho de 2020.** Institui a Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços - CBS, e altera a legislação

¹ Trabalho proposto na disciplina de Direito Tributário, no curso de Ciências Contábeis, da Faculdade de Direito de Santa Maria - FADISMA, para apresentação no 17º Entrementes.

² Autor. Acadêmico do sexto semestre do curso de Ciências Contábeis, da Faculdade de Direito de Santa Maria – FADISMA. E-mail: eduardodottobenetti@gmail.com

³ Orientadora. Professora Mestre da Faculdade de Direito de Santa Maria – FADISMA - e-mail: ana.balim@fadisma.com.br

tributária federal. Disponível em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=E32F8BCAB6D4D325AAA243C722DED3D8.proposicoesWebExterno1?codteor=1914962&filename=PL+3887/2020 Acesso em: 20 out. 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Requerimento de Informações n. 1222/2020**. Dispõe explicações sobre a remoção de isenção do Programa Universidade para Todos, ProUni.

Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2020. Disponível em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=E32F8BCAB6D4D325AAA243C722DED3D8.proposicoesWebExterno1?codteor=1931241&filename=Tramitacao-PL+3887/2020 Acesso em: 20 out. 2020.

PINTO, Carlos. **A CBS trará desempregos e sequelas ao Futuro do Brasil?** IBPT -

Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação. Disponível em: <https://ibpt.com.br/a-cbs-trara-desempregos-e-sequelas-ao-futuro-do-brasil/> Acesso em: 18 out. 2020.